



Além da edição impressa, as notícias do Agronegócio são publicadas diariamente no site do JC. Aponte a câmera do celular para o QR Code e acesse.
www.jornaldocomercio.com/agro



Guerra encarece fertilizantes e impacta o agro

Demanda pelo produto deve cair no Brasil; preços disparam e dependência externa força ajustes no campo

Claudio Medaglia
claudiom@jcrs.com.br

A escalada do conflito no Oriente Médio e seus efeitos sobre o mercado global de fertilizantes ampliam a pressão sobre o agronegócio brasileiro e expõem uma fragilidade estrutural: a forte dependência de importações. No Rio Grande do Sul, onde a produção agrícola é intensiva e altamente tecnificada, o cenário combina aumento de custos, incerteza sobre o abastecimento e necessidade de ajustes no campo.

O Brasil é o quarto maior consumidor mundial de fertilizantes, mas responde por apenas cerca de 2% da produção global. A dependência externa, estimada entre 85% e 90% do consumo, torna o País especialmente sensível a crises internacionais. Para o assessor de Relações Internacionais da Farsul, Renan Hein dos Santos, o grau de exposição não é circunstancial, mas estrutural. “A gente depende fortemente de fertilizantes do exterior.”

Ele destaca que o consumo cresceu de forma acelerada nas últimas décadas, enquanto a produção nacional permaneceu praticamente estagnada. “As importações saltaram de aproximadamente 7,4 milhões de toneladas em 1998 para quase 39 milhões em 2022, enquanto a produção doméstica ficou na faixa de 7 milhões.” Embora o Brasil tenha produção de matérias-primas para fertilizantes, ela é concentrada em regiões como Minas Gerais, São Paulo e Goiás e tende a ser consumida localmente, o que limita o abastecimento de outras áreas. No Rio Grande do Sul, por exemplo, a dependência externa é total no caso do fósforo.

Há iniciativas para ampliar a produção no Estado, com identificação de novos depósitos minerais, mas ainda em escala insuficiente diante da demanda – lacuna que projetos em desenvolvimento no Estado tentam começar a preencher.

A tendência para 2026 é de recuo na demanda por fertilizantes no Brasil. Estimativa do RaboResearch – divisão de estudos e análise econômica do banco holandês Rabobank, com forte atuação global no agronegócio – aponta consumo de 47,2 milhões de toneladas, cerca de 2 milhões a menos que as 49,1 milhões registradas no ano passado. O dado integra o Semiannual Fertilizer Outlook (Panorama Semestral de Fertilizantes), divulgado neste mês pelo RaboResearch.

Segundo o analista sênior de insumos agrícolas do RaboResearch, Bruno Fonseca, a retração já era esperada diante do quadro financeiro dos produtores. “O produtor está com uma alavancagem muito alta, margem super apertada, endividamento crescente. Então, ele vai tender a usar um pouco menos de fertilizante.”

A guerra intensifica esse movimento ao elevar os preços dos insumos em ritmo superior ao das commodities agrícolas. Entre janeiro e março, os preços da ureia subiram 76%, pressionando diretamente os custos de produção. No cenário internacional, o mercado enfrenta um choque relevante de oferta. O bloqueio logístico na região do Oriente Médio já retirou cerca de 800 mil toneladas mensais de fertilizantes do mercado global. Pela região passam aproximadamente 30% das exportações mundiais de ureia, 27% de amônia e 24% de fosfatos. A in-

terrupção reduz a capacidade de reposição por outros fornecedores e intensifica a concorrência entre países importadores.

Embora a participação do Oriente Médio nas importações brasileiras tenha diminuído – hoje em torno de 12% –, a dependência ainda é significativa em produtos específicos. No caso da ureia, 36% das compras vieram da região em 2025. O momento é especialmente sensível porque cerca de 70% da ureia importada pelo Brasil chega entre maio e dezembro, período estratégico para o planejamento das safras. O encarecimento dos fertilizantes afeta de forma desigual as culturas agrícolas. Os nitrogenados, mais impactados pela crise, pesam especialmente sobre grãos importantes no Rio Grande do Sul. “Culturas como trigo, milho e arroz demandam bastante nitrogênio, que é justamente o fertilizante mais impactado”, afirma Fonseca.

A soja tende a sofrer menos, já que não depende de adubação nitrogenada, embora também seja afetada pela alta de outros nutrientes, como o fósforo. Apesar da pressão de custos, o impacto imediato sobre a produção de alimentos ainda não é esperado, conforme o analista do RaboResearch.

Além dos preços elevados, a disponibilidade de fertilizantes começa a preocupar. Para o gerente de Projetos da Aguiá Fertilizantes, Diego Boeira, o mercado já apresenta sinais de escassez. “O preço já se tornou secundário. Não tem produto.” Segundo ele, levantamentos recentes indicam ausência de fertilizantes fosfatados no Estado. “No Rio Grande do Sul não tinha fosfato supersimples disponível e nem preço. Não existia tabela.”



Dependência externa pelo insumo chega a até 90% no Brasil

Produção local ainda é limitada

Paralelamente, projetos de produção no Estado começam a avançar, mas ainda em escala reduzida frente à demanda. A Aguiá Fertilizantes deve iniciar operações em maio, com produção inicial de 70 mil toneladas de fosfatados. “Isso é praticamente nada para o mercado do Rio Grande do Sul”, afirma Diego Boeira. Em operação plena, a capacidade pode chegar a cerca de 400 mil toneladas por ano, o equivalente a aproximadamente 10% da demanda estadual.

Mesmo assim, a redução da dependência externa exige tempo e investimentos. “Para tirar um projeto do papel e chegar ao produtor, a gente fala em cinco a seis anos”, diz Boeira. Ele defende um olhar do Poder Público em apoio, com linhas de crédito específicas para a implantação de uma política de Estado.

Para a Farsul, o cenário internacional reforça a vulnerabilidade brasileira. “China e Rússia são os principais fornecedores desses in-

sumos ao Brasil. E, percebendo potencial crise global, o gigante asiático restringiu exportações para garantir o mercado interno, e a Rússia também já adotou suspensões que ainda precisamos verificar até quando irão durar”, afirma Renan Santos, da Farsul.

Segundo ele, o histórico recente já mostrou os efeitos desse contexto. No conflito entre Rússia e Ucrânia não houve desabastecimento, mas preços muito elevados que afetaram os custos de produção. Diante do cenário, produtores tendem a adotar estratégias mais conservadoras, com redução de uso de insumos, revisão de área plantada e maior seletividade nos investimentos. “Talvez valha a pena focar em semear uma área menor, especialmente excluindo aquelas marginais”, afirma Bruno Fonseca. Outro aspecto que merece atenção, conforme o especialista, é o quadro agravado no RS por sucessivas perdas climáticas e pela perspectiva de novo de El Niño.

Produtores pressionam Senado por votação do PL das dívidas rurais

Representantes de entidades ligadas ao agronegócio, de diversas regiões produtoras do País, estarão em Brasília hoje, mobilizados em torno da aprovação do PL 5.122/2023, que trata da renegociação das dívidas rurais. O tema, aprovado na Câmara dos Deputados, seria votado na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) do Senado Federal pela manhã, mas teve sua análise adiada porque o governo encaminhou na semana passa-

da uma nova proposta de Medida Provisória.

O texto deverá ser objeto de reunião que ocorrerá à tarde entre o presidente da Comissão e relator do PL 5.122, Renan Calheiros (MDB-AL), a senadora Tereza Cristina (PP-MS) e representantes do Ministério da Fazenda. Antes, porém, ao meio-dia, líderes de entidades do setor participam de encontro da Frente Parlamentar da Agricultura. O objetivo é reforçar que, apesar da tentati-

va do governo de ajustar o projeto, dificilmente a proposta chegará aos termos já aprovados pela Câmara.

“O governo sinaliza que quer fazer, quer ajudar. Mas é muita burocracia, e as ações acabam não chegando na ponta. Cerca de R\$ 6 bilhões deixaram de ser utilizados na última MP do governo, no final de 2025, por conta das dificuldades de acesso”, diz a produtora Grazi Camargo, uma das coordenado-

ras do movimento SOS Agro-RS, que parte às 4h de Porto Alegre para se juntar à mobilização na capital federal, onde permanecerá até quinta-feira.

Quem já assegurou participação foram os presidentes da Farsul, Domingos Velho Lopes, e da Fetag-RS, Eugênio Zanetti. Nas redes sociais, é forte a campanha pela adesão de parlamentares de todos os campos políticos a aderirem ao projeto, tratado como salvação para uma das maiores

crises já enfrentadas pelo agronegócio. A ideia é formar um bloco marcando presença maciça no Senado em defesa dos interesses da economia gaúcha. A insistência pelo foco no PL 5.122, segundo Grazi, se justifica por se tratar de um texto já estruturado, com prazos, juros e fonte de recursos adequados às necessidades do setor e que não mexe no arcabouço fiscal, não impacta o orçamento, nem afeta investimentos em educação saúde e segurança.